



Reflexões quanto ao saber docente inclusivo no contexto da educação profissional

Andrea Ramos¹, Roberto Kanaane²;

Resumo: Este artigo apresenta a concepção do docente do ensino profissional técnico frente a compreensão do seu saber docente sobre a inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional. O objetivo deste trabalho foi caracterizar a percepção dos docentes sobre inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional. Na introdução tem-se a relevância da educação e do trabalho como meios de inclusão da pessoa com deficiência na sociedade de forma ativa e participativa, e conseqüentemente a relevância da educação profissional para a inclusão desta parcela da população. No referencial teórico tem-se a era da inclusão e as dissonâncias entre integração e inclusão. Na metodologia a abordagem utilizada foi a pesquisa exploratória concomitantemente com a bibliográfica, bem como a utilização de questionários, e a população foi composta por 143 docentes, no período de 2018. Obteve-se como resultado a precariedade na compreensão do vocábulo inclusão direcionado ao desenvolvimento das atividades docentes. Em função do. Exposto., tem-se que os restritos conhecimentos sobre o processo de inclusão e as limitações do saber docente quanto a inclusão da pessoa com deficiência, no presente momento, requer o envolvimento e comprometimento dos envolvidos. Portanto, por tratar-se de um estudo preliminar de caráter exploratório, sugere-se a possibilidade de novas pesquisas acadêmicas e análises sobre os resultados apresentados, visando ampliar o escopo e ao mesmo tempo disseminar alternativas de ação voltadas à inclusão da pessoa com deficiência.

Palavras-chave: Educação Profissional; Saber docente; Inclusão.

Abstract: This article presents the teachers' conception of technical professional education in view of the understanding of their teaching knowledge about the inclusion of people with disabilities in professional education. The objective of this study was to characterize the perception of teachers about the inclusion of people with disabilities in professional education. The introduction shows the relevance of education and work as a means of including people with disabilities in society in an active and participatory manner, and consequently the relevance of

¹ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e andrea.ramos2008@gmail.com 1

² Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e kanaanhe@gmail.com 2

professional education for the inclusion of this portion of the population. In the theoretical framework, there is the era of inclusion and the dissonances between integration and inclusion. In the methodology, the approach used was exploratory research concurrently with bibliographic research, as well as the use of questionnaires, and the population consisted of 143 teachers in the period 2018. The precariousness of understanding the word inclusion directed to development was obtained as a result. of teaching activities. In function of. Exposed, it is clear that the limited knowledge about the inclusion process and the limitations of teaching knowledge regarding the inclusion of people with disabilities, at the present time, requires the involvement and commitment of those involved. Therefore, as this is a preliminary exploratory study, the possibility of further academic research and analysis of the results presented is suggested, aiming to broaden the scope and, at the same time, disseminate action alternatives aimed at the inclusion of people with disabilities.

Keywords: Professional education; Teacher knowledge; Inclusion.

1. Introdução

Em dezembro de 1975 a Organização das Nações Unidas em sua Assembleia Geral proclamou a Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e destacou que (UNICEF):

Pessoas com deficiência têm direito
ao respeito pela sua dignidade humana
aos mesmos direitos fundamentais que os concidadãos ...
a direitos civis e políticos iguais aos de outros seres humanos ...
a medidas destinadas a permitir-lhes a ser o mais autossuficientes
possível ...
a tratamento médico, psicológico e funcional [e]
a desenvolver suas capacidades e habilidades ao máximo [e]
apressar o processo de sua integração ou reintegração social ...
à segurança econômica e social e a um nível de vida decente ...
de acordo com suas capacidades, a obter e manter o emprego ou se
engajar em uma ocupação útil, produtiva e remunerada e se filiar a
sindicatos [e] a ter suas necessidades especiais levadas em
consideração em todas as etapas do planejamento econômico e
social...

Com o passar dos anos e os avanços no desenvolvimento da sociedade e das ciências novos esforços para a inclusão da pessoa com deficiência foram realizados como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Conferência de Jomtien em 1990, a Declaração de Salamanca em 1994, reafirmando o direito de todas as pessoas à educação e em 2001 a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão.

Mesmo com estes avanços ao longo dos anos há um descompasso acentuado entre a realidade e a legislação vigente para a pessoa com deficiência, corroborado por dados divulgados no site da ONU em 2011 segundo a Organização Mundial da Saúde:

1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência – isso significa uma em cada sete pessoas no mundo.

A ONU alerta ainda que 80% das pessoas que vivem com alguma deficiência residem nos países em desenvolvimento.

Entre as pessoas mais pobres do mundo, 20% têm algum tipo de deficiência. Cerca de 30% dos meninos ou meninas de rua têm algum tipo de deficiência, e nos países em desenvolvimento 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola.

Tem-se, então, no Brasil, segundo o último censo demográfico de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, que 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, constituindo 23,9% da totalidade da população brasileira.

Mesmo com a alteração nos dados do número total de pessoas com deficiência de 23,9% para 6,7% pelo IBGE em 2018, ainda se constitui como índice relevante de pessoas a serem incluídas.

Ainda segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 29 de janeiro 2021 sobre a primeira etapa da pesquisa estatística referente ao Censo Escolar 2020 (Ministério da Educação, 2021) tem-se que:

foram registradas 7,6 milhões de matrículas no ensino médio em 2020: um aumento de 1,1% em relação a 2019. Esse crescimento interrompe a tendência de queda observada nos últimos anos. (...)As matrículas da educação profissional também subiram 1,1%.

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2020, um aumento de 34,7% em relação a 2016. Nesse caso, o levantamento se refere aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns ou em classes especiais exclusivas. Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, o Censo Escolar revela que o percentual de matrículas de incluídos em classe comum também aumenta gradativamente, passando de 89,5%, em 2016, para 93,3%, em 2020.

A partir de números tão relevantes torna-se imprescindível o conhecimento e a reflexão quanto ao saber docente sobre a inclusão para a efetivação da participação plena e consciente da pessoa com deficiência na sociedade.

Ressalta-se que todos têm o direito a educação garantido em nossa Constituição, contudo a pessoa com deficiência ainda encontra percalços nesta jornada; no entanto, desde 6 de julho de 2015 com a promulgação da Lei. 13.146, nomeada como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Brasil possui uma das leis mais avançadas sobre a inclusão da pessoa com deficiência.

Segundo a lei, no 2º artigo (BRASIL, 2015):

considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A partir desta conjuntura, verifica-se a necessidade da inclusão desta parcela significada de cidadãos, e a educação é a via para incluir todos de forma plena e consciente na sociedade, pois “a educação escolar passa a ter um papel fundamental na formação dos indivíduos para exercerem funções no sistema produtivo social” (OLIVEIRA, 2016, p. 125).

Tem-se então que valorizar e incitar políticas públicas que englobem vias de inclusão como a educação que fomenta a cultura e contribui para a participação plena da pessoa com deficiência na sociedade, neste cenário tem-

se a escola como uma das principais vias de inclusão e conforme Marta Gil (2005, p.16) a escola possui 4 objetivos: “transmitir conhecimentos, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, preparar para o trabalho e promover o desenvolvimento pessoal” e o mercado de trabalho.

Concomitantemente, ao lado da educação, o trabalho exerce papel fundamental na vida da pessoa com deficiência e a tecnologia perpassa os dois ambientes.

Ademais, Morin (2011, p. 49) ajuíza que “todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana”.

Deste modo, tem-se a relevância de se investir em educação para conectar esta parcela da população, outra importante via de inclusão é o trabalho, destarte segundo Mendes, Nunes, Ferreira e Silveira (2004, p. 106) que:

através do trabalho o indivíduo com deficiência pode demonstrar suas potencialidades e competências e construir uma vida mais independentes e autônoma. Consequentemente, o trabalho exerce também um efeito reabilitador, na medida em que contribui para o aumento da autoestima e nível de ajustamento pessoal.

Verifica-se então a relevância da educação profissional, que une a educação e o trabalho, constituindo-se como um canal de inclusão social, pois contribui com a formação da identidade do indivíduo ao propiciar sua inserção no mercado de trabalho e possibilitar que a pessoa com deficiência possa sobreviver sem assistencialismos, paternalismo ou mendicância.

Ratifica-se então a valorização do ensino técnico uma vez que une duas importantes vias de inclusão social, a educação e o trabalho ao fornecer os meios e ferramentas necessárias para contribuir com a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

De acordo com Mantoan e Santos (2010, p. 9) “a defesa da inclusão, como uma nova perspectiva educacional nas escolas públicas e privadas, tem como objetivo o acolhimento de todos os alunos em suas especificidades”.

No campo profissional tem-se que “o principal fator competitivo da atualidade é a capacidade de um indivíduo, uma empresa, um país transformar conhecimento em inovação e, primordialmente, inovação tecnológica” (PETEROSSO, 2014, p.24-25) evidencia-se então a necessidade de uma formação de qualidade, pois “a capacitação profissional e o aprendizado tecnológico são mecanismos estratégicos para a inserção do Brasil no cenário econômico internacional” (PETEROSSO, 2014, p. 17), pois segundo Menino (2014, p. 30) “ a informação e o conhecimento passaram a ser elementos primordiais” com a globalização.

Com este contexto, tem-se ainda “o apelo social pelo compromisso desses cursos com uma ação socialmente produtiva e potencial para atender demandas por formação em serviço para setores produtivos específicos” (PETEROSSO, 2014, p.29).

Em função do exposto tem-se como problema de pesquisa: Qual a concepção que o docente do ensino profissional e técnico tem sobre seu saber docente referente a inclusão da pessoa com deficiência em uma instituição de ensino técnico profissionalizante do Estado de São Paulo?

O objetivo deste trabalho foi identificar o grau de conhecimento sobre inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional, sob a ótica do docente na construção de seu saber docente.

1. Referencial Teórico

O Brasil possui uma das leis mais avançadas sobre a inclusão da pessoa com deficiência baseada nas Declarações de Jomtien, Salamanca e Montreal, além de assegurar o direito de todos a educação conforme a nossa Constituição, a Lei 13.146, nomeada como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi promulgada em 6 de julho de 2015.

No entanto a realidade nem sempre condiz com os direitos garantidos na Lei, existem muitas dissonâncias e a educação pode contribuir com uma sociedade mais inclusiva, uma vez que o professor possui papel fundamental nesta equação, mas para garantir bons resultados é necessário que o docente conheça profundamente o vocábulo inclusão e saiba diferenciá-lo do vocábulo integração.

Trata-se de questionamento chave para a inclusão da pessoa com deficiência, pois sem o devido conhecimento tem-se a continuação da perspectiva médica de adaptação do deficiente a unidade escolar, uma concepção antiquada e distante da “sociedade atual, marcada pela visão globalizadora” de Rosita Edler (2019, p. 39) que afiança que “a educação em geral tem evoluído, evidenciando-se que o trabalho na diversidade é uma forma de enriquecimento geral”.

Uma vez que vivemos segundo Manica e Caliman (2015, p. 47):

na “era da inclusão”, não é mais esse indivíduo com deficiência que precisa estar preparado para um mundo de tantas desigualdades e, sim, a sociedade é que passa a se preparar para recebê-lo. Nesse contexto, a escola que deseja ser inclusiva se prepara para receber o aluno diferente. Tal preocupação é registrada na Conferência Mundial em Educação Especial, realizada em Salamanca (Espanha), entre 7 e 10 de junho de 1994, quando é reafirmado o compromisso com a educação especial. Dessa conferência, surge a Declaração de Salamanca, documento que proclama alguns princípios, política e práticas relacionadas às necessidades educativas especiais e que demanda ações concretas dos governos à comunidade internacional, à ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e às organizações não governamentais.

(...) O maior objetivo da Declaração de Salamanca foi determinar que a escola inclusiva, diferentemente da escola “fechada” ou tida como “segregada”, fosse o lugar onde todos os alunos devessem aprender juntos, independentemente de qualquer dificuldade ou das diferenças que esses alunos possam ter.

Segundo Mantoan (2015, p. 4) “os dois vocábulos – “integração” e “inclusão” -, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e fundamentam-se em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes”, para especificar cada termo Mantoan (2015, p. 4) afirma que:

O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes

especiais (se existentes), grupos de lazer ou residências para pessoas com deficiência.

Neste sentido a autora ainda constata que (2015, p. 4-5-6):

Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai de inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais.

(...) Na integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino comum, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares; currículos adaptados; avaliações especiais; redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptar às suas exigências.

(...) Quanto à inclusão, questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da educação comum como também o próprio conceito de integração. Ela é compatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de aluno, que foi anteriormente excluído. O mote da inclusão ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos, estruturado em função dessas necessidades.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades para aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Conhecer o vocábulo inclusão possibilita que o docente aplique esse conhecimento para a construção do seu saber docente garantindo um ambiente inclusive, pois de acordo com Tardif (2014, p. 57) “o trabalho modifica o trabalhador e sua identidade, modifica também, *sempre com o passar do tempo*, o seu “saber trabalhar” (...) *uma vez que trabalhar remete a aprender a trabalhar, ou seja, a dominar progressivamente os saberes necessários à realização do trabalho*” e com o aumento do número de matrículas no ensino profissionalizante e com o aumento do número de matrículas de pessoas com deficiência é necessário que o professor esteja preparado para enfrentar esta nova situação.

Ainda segundo Tardif (2014, p. 16-27) existem alguns fios condutores dos saberes dos professores que são fatores primordiais na construção do saber docente como:

- ✓ O saber dos professores deve ser compreendido em íntima relação com o trabalho deles na escola e na sala de aula.
- ✓ A ideia de diversidade ou de pluralismo do saber docente.
- ✓ O saber dos professores é plural e também temporal, uma vez que (...), é adquirido no contexto de uma história de vida e de uma carreira profissional;
- ✓ Unificação e recomposição dos saberes no e pelo trabalho.
- ✓ A ideia de trabalho interativo, ou seja, um trabalho onde o trabalhador se relaciona com o seu objeto de trabalho fundamentalmente através da interação humana;
- ✓ A necessidade de repensar, agora, a formação para o magistério, levando em conta os saberes dos professores e as realidades específicas de seu trabalho cotidiano.

O desempenho do docente no contexto contemporâneo reflete o nível de expectativas demandadas pelo trabalho e pelas condições socio tecnológicas.

No tocante a educação profissional e técnica, torna-se relevante o desenvolvimento de competências focadas nas distintas atividades negociais /profissionais. Abstraindo esses aspectos e voltando-nos às pessoas com deficiência há o direcionamento para que os docentes se apropriem de conhecimentos que extrapolem o senso comum, ou seja, apreendendo a diferenciação entre: integração e inclusão, viabilizando a aquisição de conhecimentos voltados às necessidades e expectativas dos alunos, assim como do ambiente de trabalho no qual possa se inserir.

Ao participar do mercado de trabalho tem-se a formação de uma identidade social do trabalhador, em razão de se adotar padrões de comportamentos em consonância aos valores compartilhados no ambiente de trabalho forma-se, então um senso comum de realidade do indivíduo, conceituando-se como sua identidade social.

Deste modo, tem-se que “sendo a identidade social construída a partir do momento em que os indivíduos se veem como parte de um grupo, as organizações de trabalho representam um grupo muito expressivo na definição da identidade social dos seus membros” (FERNANDES e ZANELLI, 2006, p. 61).

Por extensão essa concepção torna-se primordial e relevante para as pessoas com deficiência, o que poderá facilitar a sua inclusão nos contextos profissionais e sociais.

2. Método

A pesquisa possui abordagem qualitativa, uma vez que segundo Sampiere, Collado e Lúcio (2013, p. 33):

nos estudos qualitativos é possível desenvolver perguntas e hipóteses antes, durante e depois da coleta. Geralmente, essas atividades servem para primeiro descobrir quais são as perguntas de pesquisa mais importantes, e depois para aprimorá-las e respondê-las. A ação indagativa se move de maneira dinâmica em ambos os sentidos: entre os fatos e sua interpretação, e é um processo mais “circular” no qual a sequência nem sempre é a mesma, ela varia de acordo com cada estudo científico.

O presente estudo possui caráter exploratório, pois, conforme definido por Vergara (2016), trata-se de uma área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado.

O trabalho é descritivo de acordo com Vergara (2016, p. 42), pois “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno”, neste caso a percepção dos docentes do ensino técnico de uma instituição de ensino técnico profissionalizante para a inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional a partir de duas grandes vias de inclusão a educação e o mercado de trabalho.

Tem-se então como instrumento de pesquisa o questionário, preenchido por docentes da instituição, os quais foram encaminhados nos e-mails para as unidades da instituição com instruções para retransmitirem os questionários aos docentes.

A população é composta pelos professores da Instituição, a amostra caracteriza-se como não probabilística por tipicidade, por se constituir de elementos chave, conforme Vergara (2016).

A instituição no segundo semestre de 2018 possuía cerca de 208 mil alunos matriculados nos cursos técnicos e técnico integrado ao médio. São 101 cursos presenciais, 5 semipresenciais, 4 cursos técnicos online, 3 na modalidade aberta, 31 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e 6 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade EJA, bem como, a modalidade de Ensino Médio com Habilitação Técnica Profissional (17 cursos) e o Ensino Médio com Qualificação Profissional (3 opções de cursos), conforme dados disponibilizados pela instituição.

Para atender a pessoa com deficiência, em 2009 foi criada na instituição a Assessoria de Inclusão da Pessoa com Deficiência com a finalidade de preparar os gestores e professores sobre as legislações vigentes para atender a demanda de alunos com deficiência, além de treinamentos e capacitações sobre Tecnologias Assistivas e Metodologias Diversificadas.

Quanto aos docentes, a instituição conta com 11.879 docentes nas escolas técnicas destes 143, pertencentes a distintas unidades da mesma instituição responderam ao questionário o que corresponde a aproximadamente 1% do total de docentes contatados, portanto a população é composta por 143 docente.

3. Resultados e Discussão

A partir dos dados da pesquisa constatou-se que dos 143 respondentes, 132 afirmaram haver diferença entre inclusão e integração, correspondendo a 92,3% do total, 11 docentes não acreditam haver diferença correspondendo a 7,7% do total.

Alguns docentes demonstraram compreender os conceitos de integrar e incluir como exemplo tem-se:

1. *Incluir envolve a totalidade. Integrar envolve apenas estar presente.*
2. *Acredito que a integração dá a ideia de uma inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa, no qual o aluno que deve se adaptar às exigências da escola enquanto na inclusão, a escola que deve estar preparada para acolher de forma igualitária todos os alunos.*
3. *Inclusão é um direito do cidadão, no entanto para que se integre aos colegas e em ambiente comum é necessário adaptações, pequenos ajustes, e informação.*
4. *A palavra inclusão remete-nos a uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e incondicional. Integração, por sua vez, dá a ideia de inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa, já que o pressuposto básico é de que a dificuldade está na pessoa portadora de deficiência, e que estas podem ser incorporadas no ensino regular sempre que suas características permitirem.*

Outros docentes, no entanto, mesmo respondendo que sabem a diferença de incluir e integrar apresentaram alguns erros conceituais como:

1. *Inclusão é apenas uma sigla para que os alunos que necessitam de apoio participem de uma escolaridade regular e integração é quando esse aluno se integra ao meio escolar.*

2. *Acredito que integração é sobre necessidades relacionadas à educação enquanto inclusão é sobre necessidades físicas.*
3. *A princípio "INCLUIR e INTEGRAR" são palavras sinônimas.*
4. *Inclusão é quando todos estão participando de todas as atividades que acontecem na escola, desde seu planejamento e sua efetivação. Integração é quando sou convidada a participar de uma atividade já elaborada.*

Do mesmo modo, quando solicitado comentários aos respondentes sobre o vocábulo inclusão verificou-se muitas dissonâncias na concepção dos docentes, como em:

1. *Fazer com que o aluno de fato participe de todas as atividades respeitando suas limitações.*
2. *Atualmente é somente um conceito*
3. *Utilização de Leis e Normas.*
4. *Inclusão é quando o aluno tem alguma deficiência e não acompanha a turma e frequenta as aulas somente para socialização.*

Ademais, sem conhecer de fato o que é incluir, o docente não poderá atuar de forma crítica e consciente na inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar e em toda a sociedade, ratificado por Fernandes (2013, p. 78) ao ajuizar que “o desafio da inclusão repousa em criar contextos educacionais capazes de ensinar a todos os alunos” sem replicar os erros do passado de segregação e exclusão, confirmado por Fernandes (2013, p. 80) ao afirmar que “a inclusão demanda um movimento de dupla via, na qual sociedade e sujeito com deficiência empreendem, esforços, concepções e ações conjuntas para assegurar a garantia da igualdade de oportunidade e condições sociais”.

Deste modo verifica-se uma profusão de conceitos dissonantes sobre inclusão que necessitam de um referencial teórico como sustentáculo para auxiliar e contribuir com o docente em sua prática diária.

Segundo Fernandes (2013, p. 216) em:

Historicamente, a formação docente foi planejada e executada com base na separação dos contextos comum e especial, operando pela manutenção dos modelos de formação de professores generalista e especialista, respectivamente. Essa dicotomização fragmentou a formação dos docentes de ambos os contextos, acarretando lacunas em sua formação relacionadas tanto a conhecimentos acadêmicos gerais como àqueles específicos voltados às necessidades de alunos com necessidades educacionais especiais. O modelo de formação de especialistas em educação especial foi regido pelo paradigma clínico-terapêutico, assentado no domínio de conteúdos voltados à conceitualização e à etiologia das deficiências, de métodos e técnicas específicas de reabilitação. Concluímos que ambos os modelos formativos – generalista ou especialista – carecem de reflexões críticas sobre suas concepções e práticas, encaminhando-se para um paradigma que resgate a educação como um processo único que constitui uma totalidade subordinada aos movimentos determinantes da economia política, cujos limites e desafios revelam os interesses da ordem social vigente.

Do exposto tem-se que os referidos modelos apresentados por Fernandes necessitam de reflexões e ponderações acerca do processo de formação docente, fornecendo-lhes referenciais teóricos ancorados na prática profissional.

4. Considerações Finais

A partir dos dados obtidos, tem-se que a educação, família, grupos sociais, são as portas de entrada e o sustentáculo para que a sociedade aprenda a respeitar e a valorizar as diferenças. O trabalho é a via de sobrevivência, autoestima e respeito para todos; deste modo evidencia-se a importância do ensino técnico profissionalizante. Entretanto é necessário conhecer profundamente o vocábulo inclusão para que o docente possa utilizar este conhecimento como base na construção de seu saber docente e aplicá-lo efetivamente em seu trabalho, para garantir a participação plena da pessoa com deficiência.

Evidencia-se então limitações na capacitação do docente e na necessidade da formação continuada, bem como, quanto a reflexão de sua prática, assim como do trabalho coletivo e da interdisciplinaridade, além do apoio e comprometimento da família e da comunidade escolar no intuito de atuarem como facilitadores no processo de inclusão de pessoas com deficiência, pois não basta apenas socializar o aluno, ele necessita considerar-se como participante e atuante na sociedade da qual pertence.

Por tratar-se de um estudo preliminar de caráter exploratório, afere-se que o artigo retrata percepções introdutórias sobre a temática abordada, deste modo, sugere-se a possibilidade de novas pesquisas acadêmicas e estudos sobre os resultados apresentados visando ampliar o escopo e ao mesmo tempo apresentar alternativas de ação quanto a inclusão da pessoa com deficiência, inclusive no ensino profissional e técnico no Estado de São Paulo.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em 21 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 21 jun. 2019.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 13. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

FERNANDES, Karina Ribeiro & ZANELLI, José Carlos. O processo de Construção e Reconstrução das Identidades dos Indivíduos nas Organizações. **Revista de Administração Contemporânea**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, v. 10, n. 1, p. 55-77, Jan/Mar 2006.

MANICA, Loni Elisete & CALIMAN, Geraldo. **A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente**. Brasília: Liber Livro, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** 1 reimpressão. São Paulo: Summus, 2015

MANTOAN, Maria Teresa Égler & SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

MEC. Declaração de Montreal. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MEC. Declaração de Salamanca 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

MENDES, Enicéia Gonçalves; NUNES, Leila Regina D'Oliveira de Paula; FERREIRA, Julio Romero & SILVEIRA, Lígia Cardoso. Estado da arte das pesquisas sobre profissionalização do portador de deficiência. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 105-118, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2004000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 ago. 2019.

MENINO, Sergio Eugenio. **Educação Profissional e Tecnológica na Sociedade do Conhecimento**. 1. ed. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2014 (Coleção Fundamentos e Práticas em Educação Profissional e Tecnológica, v.2).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Inep divulga dados da 1ª etapa do Censo Escolar 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/inep-divulga-dados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2020>>. Acesso em: 7 set. 2021.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes para a educação do futuro**. 2. ed rev. São PAULO: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2011.

OLIVEIRA, Ivaniide Apoluceno. **Epistemologia e Educação**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

PETEROSSO, Helena Gemignani. **Subsídios ao estudo da Educação Profissional e Tecnológica**. 2. ed. São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2014 (Coleção Fundamentos e Práticas em Educação Profissional e Tecnológica, v.1).

SAMPIERI, H. R.; COLLADO, C. F.; LUCIO M. P.B. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Penso Editora, 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNICEF. Declaração de Jomtien. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>. Acesso em 18 ago. 2020.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 7 set. 2021.

UNRIC. Centro Regional de Informações da ONU. Alguns Factos e Números sobre as Pessoas com Deficiência. Disponível em: < <https://www.unric.org/pt/pessoas-com-deficiencia/5459/>>. Acesso em 25 set. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016.